



Procedimento n.º 06/25/CPC

Aquisição de Serviços para elaboração de projetos

CONVITE

Artigo 1.º - Identificação do procedimento

O presente convite visa identificar e definir os termos a que obedecerá a fase de formação do contrato que terá por objeto a execução da prestação de serviços para a elaboração dos seguintes projetos:

Lote 1 - Reforço de Adução e Reserva aos Casais de Stª Teresa;

Lote 2 - Reforço de Alimentação ao Casal da Areia, Remodelação da Rede de Abastecimento da Póvoa e Remodelação da Rede de Abastecimento de Cós.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Alcobaça, através dos respetivos Serviços Municipalizados, sita na Rua da Liberdade – 2460-060 Alcobaça, com o número de telefone 262 580 900, o número de fax 262 580 905, o endereço eletrónico geral@sm-alcobaca.pt, e o portal institucional na internet www.sm-alcobaca.pt, utilizando a plataforma eletrónica de contratação ACINGOV (www.acingov.pt).

Artigo 3.º - Fundamento da escolha do procedimento

O procedimento adotado é o de consulta prévia por aplicação do estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) considerando a ausência de meios próprios, humanos e materiais, destes Serviços Municipalizados para a elaboração/concretização, dos projetos de execução relativos ao Reforço de Adução e Reserva aos Casais de Stª Teresa (lote 1) e Reforço de Alimentação ao Casal da Areia, Remodelação da Rede de Abastecimento da Póvoa e Remodelação da Rede de Abastecimento de Cós (lote 2), indispensáveis para a realização das obras.

Artigo 4.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, no exercício de competência própria, conforme previsto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Artigo 5.º – Órgão competente para prestar esclarecimentos e retificação das peças

1. A competência para prestar esclarecimentos encontra-se delegada no júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos.



2. Atento o disposto no artigo 116.º do CCP, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento serão prestados e as retificações das mesmas peças serão efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação das propostas.

Artigo 6.º - Plataforma Eletrónica

O procedimento decorre integralmente na plataforma eletrónica de contratação ACINGOV (www.acingov.pt) utilizada pela entidade adjudicante.

Artigo 7.º - Disponibilização das peças do procedimento

As peças do procedimento encontram-se disponíveis, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica referida no artigo anterior do presente convite.

Artigo 8.º - Documentos integrantes da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente convite, do qual faz parte integrante, e a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Documentos de seguida discriminados que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contêm os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Lista de preços unitários de todas as fases do projeto, sem inclusão do IVA, no formulário para o efeito disponibilizado na plataforma a que se refere o artigo 6.º do presente convite e no anexo A5 do CE;
- c) Equipa de projeto em cumprimento do disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, identificando o coordenador do projeto e as especialidades, preenchendo o modelo do **Anexo IV**;
- d) Certidão comercial permanente ou respetivo código para consulta;
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) supra.

2. Os documentos referidos no número anterior do presente artigo são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

4. Em cumprimento do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do referido regulamento na ordem jurídica nacional, os documentos que contenham dados pessoais devem ser acompanhados do consentimento



expresso e por escrito dos respetivos titulares para efeitos do seu tratamento, conforme modelo constante do **Anexo V**.

Artigo 9.º - Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º - Prazo para apresentação de propostas

As propostas devem ser apresentadas até ao final (23h59m) do **sexto dia** a contar do envio (expedição) deste convite.

Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação destas.

Artigo 12.º - Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator referida na alínea b) do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, densificado pelo fator preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate na avaliação das propostas, recorre-se ao sorteio.

Artigo 13.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 14.º - Caução

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução.

Artigo 15.º - Documentos de Habilitação

1. Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração de inexistência de impedimentos, conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve ainda entregar:
 - a) caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação;



- b) Declaração de Responsabilidade Social, e o modelo de Declaração de impedimentos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos), elaboradas de acordo com as minutas constantes no **Anexo III**;
 - c) Equipa de projeto em respeito pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, identificando os projetistas de cada especialidade e o coordenador de segurança para a fase de projeto, preenchendo o modelo do **Anexo VI**;
 - d) Documento comprovativo, emitido pela respetiva associação profissional, que habilita cada elemento da equipa para o exercício da sua atividade (coordenador e projetistas).
 - e) Declaração de compromisso de cada elemento, em integrar a equipa, de acordo com os Modelos do **Anexo VII** deste convite;
 - f) Declaração de inexistência de impedimento previsto no n.º 2 do artigo 114.º do CCP, conforme minuta apresentada no **Anexo VIII** a este convite.
3. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias contados da notificação da decisão de adjudicação.
4. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados é de 2 (dois) dias contados da notificação ao adjudicatário para o efeito.

Artigo 16.º - Agrupamento

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 17.º - Redução do Contrato a Escrito

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente convite, observar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais normativos legais e regulamentares aplicáveis.



ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

a) Declaração de compromisso com os requisitos da Responsabilidade Social Questionário de auto - avaliação – Responsabilidade Social

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores;
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que os SMA venham a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da Norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar os SMA de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de ...;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 2025

Assinaturas



ANEXO III

b) MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF/NIPC _____, na qualidade de concorrente à execução do contrato no âmbito da referência Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

(assinatura digital)



ANEXO IV

COORDENADOR DO PROJETO E ESPECIALIDADES

(Fase de apresentação de propostas - a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º)

Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos

Identificação do Coordenador de Projeto e das especialidades envolvidas.

A – Coordenador de Projeto

Nome	N.º de inscrição / Associação Profissional

B – Projetistas

Especialidades

(assinatura digital)



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DE DADOS

(a que se refere o n.º 4 do artigo 8.º)

- Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado/a que os Serviços Municipalizados de Alcobaça irá recolher junto da entidade _____, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 – Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento dos Serviços Municipalizados do Município de Alcobaça com referência Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, serão objeto do contrato a celebrar.

3 – Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 – Fui ainda informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

(assinatura digital)

O titular dos dados

n - n

ANEXO VI

EQUIPA DE PROJETO

(Fase de Habilitação - a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º)

Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos

De acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º deste Convite, identificam-se no quadro abaixo os elementos da equipa de projeto para o presente procedimento:

A – Coordenador de Projeto

Nome	N.º de inscrição / Associação Profissional

B – Projetistas

Nome	Especialidade	N.º de inscrição / Associação Profissional

C – Coordenador de Segurança em Projeto

Nome	N.º de inscrição / Associação Profissional

(assinatura digital)



ANEXO VII

(Fase de Habilitação - a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 15.º)

Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos

Declaração de compromisso de cada elemento de acordo com o estipulado na alínea e) do n.º 2 do artigo 15.º deste Convite

MODELO DCP

Declaração do Coordenador de Projeto

... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de Coordenador de Projeto, com inscrição válida na (1) ..., com o número (2) ..., para cumprimento do estipulado na alínea e) do n.º 2 do artigo 15.º deste Convite declara, sob compromisso de honra, integrar e coordenar a equipa do Procedimento n.º 06/25/CPC- Aquisição de Serviços para elaboração de projetos.

(assinatura digital)

MODELO DP

Declaração do Projetista

... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de Projetista, com inscrição válida na (1) ..., com o número (2) ..., para cumprimento do estipulado alínea e) do n.º 2 do artigo 15.º deste Convite, declara, sob compromisso de honra, integrar a equipa do Procedimento n.º 06/25/CPC - Aquisição de Serviços para elaboração de projetos, na(s) especialidade(s) (4)

(assinatura digital)

MODELO DCSP

Declaração do Coordenador de Segurança em Projeto

... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de Coordenador de Segurança em Projeto, com inscrição válida na (1) ..., com o número (2) ..., para cumprimento



do estipulado na alínea e) do n.º 2 do artigo 15.º do Convite, declara, sob compromisso de honra, integrar e coordenar em termos de segurança a equipa do Procedimento n.º 06/25/CPC-Aquisição de Serviços para elaboração de projetos coordenada por (3)

_____.

(assinatura digital)

- (1) Associação Profissional (Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Engenheiros, etc.);
- (2) N.º de Inscrição na Associação Profissional;
- (3) Coordenador de Projeto;
- (4) Indicar a(s) especialidade(s) de acordo com o modelo 1

ANEXO VIII

(Fase de Habilitação - a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 15.º)

Aquisição de Serviços para elaboração de projetos

Declaração de compromisso acordo com o estipulado na alínea f) do n.º 2 do artigo 15.º deste
Convite

1 - Para efeitos da celebração do contrato e verificação do impedimento previsto no n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) _____ (identificação do concorrente) NIF _____, na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do Procedimento n.º 06/25/CPC - Aquisição de Serviços para elaboração de projetos, declara, sob compromisso de honra, após ter tomado conhecimento da lista de entidades convidadas no âmbito do presente procedimento, que a entidade por si representada não é especialmente relacionada com as demais entidades convidadas, nomeadamente, não há partilha, ainda que apenas parcialmente, de representantes legais ou sócios, ou as sociedades se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 2 do artigo 114.º do CCP constitui contraordenação punível com coima de (euro) 2.000 a (euro) 3.700, ou de (euro) 7.500 a (euro) 44.800, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa coletiva, conforme alínea a) do artigo 456.º do CCP.

(assinatura digital)

O CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA DE ÁGUAS E
SANEAMENTO



